

T. S. T.

N.º 7.676/48



ES
19

235
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Relator: MINISTRO

EDGARD SANCHES

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1ª REGIÃO

Recorrente Manoel Dias da Silva e outros

Recorrido S/A Frigorífico Anglo

D. 1. 1. 1. 1. 1.

9/9



T.R.F-582
48

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

RIO DE JANEIRO, D. F.

DISTRIBUIÇÃO

Requerente:

J. A. Trigonifino Angelo

Requerido:

Marcel Dias da Silva e outros

JUIZ RELATOR

PAULO JOÃO ERNESTO DOHMS

M. T. I. C. - J. T. - CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

TRT-582/48



PODER

JUDICIÁRIO

~~MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO~~

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

~~FORO DE PELOTAS~~

Procs.nºs. 217-233/48

PELOTAS

ASSUNTO: HORAS EXTRAORDINARIAS

DISTRIBUIÇÃO

RECLAMANTES: MANOEL DIAS DA ^{SILVA} ~~FRIG~~ ANGENOR

LAMARQUE E OUTROS

RECLAMADO : S/A FRIGORIFICO ANGLO

J. T. C. - J. T. C. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Dr. APODY A. DE OLIVEIRA

ADVOGADO

Inscrito na O. A. B., n.º 451

Escritorio - Gal. NETO, 215

FONE 2459

Consultor Jurídico do Sindicato dos
Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados

PELOTAS

STICD - 8/948
29/6/948

Exmo. Snr. Dr. Presidente da Junta de Conciliação e
Julgamentos.

*A. lye. O signatário desta petição é membro
do Sindicato requerente, conforme instrumento
requerido em sentença
to a certificação.*

T.R.P. 4ª REGIÃO

Protocolo Geral

Nº 582,48

24/7/1948

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CAR-
NES E DERIVADOS, por seu advogado no fim assinado, vem, data ve-
nia, dizer e requerer a V. Excia. o seguinte:

1 - que os seus associados MANOEL DIAS DA CRUZ,
AGENOR LAMARQUE, ADÃO DA SILVA TAVARES, MANOEL GERALDINO SEVERO,
ELPIDAS RODRIGUES DE QUEVEDO, JOSE MARIA CARVALHO, MIGUEL SILVEI-
RA DO AMARAL, FRANCISCO LAGES DOS SANTOS, JOÃO DOS SANTOS COSTA,
ORNELIO FARIAS, JOB VERGARA DOS SANTOS, FLORIANO ALVES DA SILVA,
ERNANI BALDAZZORI, FELICIANO REIS MEDEIROS, ARISTIDES ATALIBA DA
COSTA, JOÃO JOSE RODRIGUES DA SILVA VALENTE e ALVORINO CASTRO,
são todos operários empregados na S/A FRIGORIFICO ANGLO;

2 - que os referidos seus associados, há mais de
dois anos, trabalham mais de quarenta e oito horas semanais, sem
que a Empregadora lhes pague as horas extraordinárias, como o
determina a lei;

3 - que, no computo mensal, essas horas variam de
de homem para homem e mês para mês, tornando-se, consequentemen-
te, impossível determiná-las nesta inicial;

4 - que a Empregadora, deixando de pagar as horas
extraordinárias a que os associados da Supl. tem direito, es-
ta ferindo a lei das oito horas ou ferindo o princípio do
descanso semanal" (J.C.J. de Pelotas, proc. 148 a 158/48, Dec.
fls. 3).

Assim, a :Supl., em representação de seus associa-
dos, requer a V. Excia. que se digne de, com as formalidades do
estilo, mandar citar a S/A FRIGORIFICO ANGLO, na pessoa de um dos
seus Diretores ou procurador, para que a mesma pague aos associa-
dos deste Sindicato, seus operários, cujos nomes estão relaciona-
dos no nº 1, as horas de trabalho extraordinário a que têm direi-
to, sob as cominações legais.

Pp. Nn. por todos os gêneros de provas permitidos
em Direito, especialmente, vistorias, perícias contábeis, depoi-
mentos de testemunhas, etc.

A procuração outorgada, pelo Supl. ao advogado
que esta subscreve, acha-se arquivada nessa M.M. Junta.

Pelotas, 29 de junho de 1948

P.P.

Apody A. de Oliveira

J. C. J. de Pelotas

Recebido em 30-6-48

Protocolado sob n.º 371

Em 30 de junho de 1948

13
Boyle

DESIGNAÇÃO

8 julho

Das 15³⁰ horas, para realização da audiência.

Expede notificações.

Em

30 de

6

de 19

18

Roney Lopez

CERTIFICO que os srs. **BRUNO DE MENDONÇA LIMA** e **ALCIDES DE MENDONÇA LIMA**, advogados, são procuradores solidários da **SO-CIEDADE ANÔNIMA FRIGORÍFICO ANGLO**, conforme os instrumentos de mandato que se acham arquivados nesta Junta, a requerimento daquela companhia.

O referido é verdade.

Peletas,

30.6.18
Roney Lopez

Secretário



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

31/11
R. B. B.

RECLAMAÇÃO Nº 217/48a 233/48.

RECLAMANTES: MANOEL DIAS DA CRUZ E OUTROS

RECLAMADA: S/A FRIGORIFICO ANGLO.

Aos oito dias do mês de julho de ano de mil novecentos e quarenta e oito, às quinze e trinta horas, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento, á rua 15 de novembro, 663, nesta cidade de Pelotas, estando aberta a audiência, presentes o sr. Juiz-Presidente, dr. Mozart Victor Russemano, o vogal dos empregados, sr. José Gonçalves Nogueira, o vogal dos empregadores, sr. Julio Real, compareceram os reclamantes Agenor Lamarque, Adão da Silva Tavares, Manoel Geraldino Severo, José Maria Carvalho, Ornelio Farias, João Vergara dos Santos, Floriano Alves da Silva, Ernani Baldazori, Feliciano Reis Medeiros, João José Rodrigues da Silva Galante, e Manoel Dias da Silva, acompanhados de seu procurador, dr. Apodi Almeida de Oliveira e a reclamada S.A. Frigorífico Anglo, representada pelo sr. Patricio Murray e acompanhada de seu procurador, dr. Alcides de Mendonça Lima. Foi, por ambas as partes dispensada a leitura da reclamação. Com a palavra o sr. Presidente por ele foi dito que determinava: a) que constasse em ata que o procurador dos reclamantes retificou o item 1º da inicial, em relação ao nome do reclamante Manoel Dias da Silva, que ali aparece como Manoel Dias da Cruz, determinando que se alterasse o nome do referido reclamante nos arquivos desta Junta e na capa do processo; b) que fôra dado á causa o valor total de CR\$ 17.000,00, sendo CR\$ 1.000,00 para cada reclamante; Com a palavra o precurador da reclamada para apresentar a sua DEFESA PREVIA: Por ele foi dito que os reclamantes alegam que trabalham horas extraordinárias durante a semana, sem o respectivo pagamento pela empregadora. Entretanto,

15
R. P. R.

a sua reclamação deve ser julgada improcedente, em que pese o caso anterior idêntico já decidido por esta digna J.Cj/digo, J.C.J., ao qual se alude no item 4º da inicial. Os reclamantes fazem parte das turmas de vo, digo, revezamento das seções de caldeira e máquina. Seu trabalho, por conseguinte, é especial, não podendo ser regulado pelas normas gerais dos demais serviços. Os reclamantes trabalham oito horas por dia, normalmente. Quando excedam este tempo, no dia, percebem horas extraordinárias. A reclamada, portanto, cumpre, rigorosamente, os artigos 58, 59 e parágrafo I, 66 e 67, todos da C. L.T.. O artigo 58 exige oito horas de serviço normal, por dia. E a reclamada consegue, digo, concede esse serviço dentro do salário normal. O artigo 59 estabelece o número máximo de horas extras; e o artigo 59 esta, digo, e a reclamada não exige trabalho duplo, digo, superior a estas duas horas por dia. O parágrafo I do último artigo citado exige um pagamento de, no mínimo, 20% sobre o salário normal para as horas extras. E a reclamada paga 50% sobre o salário normal quando há hora extra. O artigo 66 exige onze horas, no mínimo, entre duas jornadas de trabalho; e a reclamada assegura este período entre as duas jornadas. O artigo 67 exige um descanso semanal de 24 horas; e a reclamada concede este descanso. Por conseguinte, tudo é cumprido legalmente. O descanso semanal é entre duas jornadas de trabalho. Deverá haver onze horas, no mínimo, de acordo com o artigo 66. A C.L.T. não se refere, nem indiretamente, à necessidade de haver estas onze horas de repouso entre um período de trabalho e um período de descanso semanal. A lei fala em jornada de trabalho, isto é, o tempo em que o trabalhador gasta energias, executa um serviço, produz, consome-se. Para restaurar suas forças, habilitando-o a novo serviço a novo esforço, deverá descansar onze horas, no mínimo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

316
F. K. P.

Mas, pra iniciar um periodo de repouso, não se exige um pre-periodo de descanso, porque não há necessidade de serem restauradas energias que não serão aproveitadas no trabalho. Por sinal que a C.L.T. não se refere, entre duas jornadas de trabalho, para descanso semanal, a um dia, isto é, um periodo de vinte e quatro horas consecutivas, compreendido entre a 0 hora e 24 horas do mesmo dia do calendário. A C.L.T., refere-se a 24 horas, que podem estar compreendidas entre dois dias do calendário mesmo sem serem partes iguais. Desde que somalmente, os reclamantes têm vinte e quatro horas consecutivas de descanso, e desde que, por dia, eles não trabalham mais de oito horas (pelo salário normal), não há como se falar em violação da C.L.T.. E entre duas jornadas de trabalho eles têm, no mínimo, onze horas de descanso. Sómente não há este repouso entre uma jornada de trabalho e o periodo semanal de descanso. Mas, conforme já foi dito, a C.L.T., nem a doutrina nem a jurisprudência, exigem esse descanso pre-repouso semanal. Além disso o M.T.I.C. visou aos horários de trabalho, uma cópia é exibida para junta. Esclarecendo a situação do trabalho do reclamante, permite-se a reclamada apresentar um exemplo: O trabalhador X inicia o serviço às seis horas da manhã; descanso para o almoço das nove às dez; larga às quinze horas. Trabalhou oito horas, digamos no dia 8 de julho. Si, pelo revezamento, cabe-lhe o descanso de 24 horas, que a lei determina, este trabalhador iniciará sua atividade, depois do repouso, no dia 9 de julho, às quinze horas da tarde. E trabalhando oito horas no dia 9, ele terminará seu serviço, incluindo a hora de repouso para a refeição, ás, digamos, as vinte e quatro horas do dia 9. Em cada dia, portanto, ele trabalhou oito horas e teve vinte e quatro horas de descanso entre o fim de um serviço e o principio de outro. Por tais razões a reclamada espera que a reclamação seja julgada improcedente. A reclamada



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Handwritten signature and initials in the top right corner.

requer o depoimento pessoal do reclamante Agenor Lamarque. Proposta a conciliação foi ela rejeitada pela reclamada. Determinou o sr. Presidente que se juntassem aos autos os quadros de horário exibidos pela reclamada e que constasse em ata haverem comparecido à audiência os reclamantes Francisco Lages dos Santos. DEPOIMENTO PESSOAL DO RECLAMANTE AGENOR LAMARQUE. Com a palavra o procurador da reclamada: PR. que é ajudante de fegmista; que o declarante trabalha, normalmente, oito horas diárias na empresa; que ganha CR\$ 3,80 por hora; que quando trabalha mais de oito horas por dia recebe o salário relativa a essas horas extras, majorado de 50%; que o declarante tem, durante a semana, 24 horas consecutivas de repouso; que o declarante, por exemplo, goza o descanso semanal, digo, semanal, deixando o serviço no sábado, às seis horas da manhã e retornando ao trabalho no domingo, às mesmas horas; que o declarante hoje, por exemplo, deixou o serviço às sete horas da manhã e retomará o trabalho às vinte horas de hoje, digo, às vinte e duas horas de hoje, descansando o período intermediário entre as duas jornadas; que esse descanso diário sempre é dado; que o repouso diário fica prejudicado quando a empresa concede o repouso semanal de vinte e quatro horas consecutivas; que isso acontece com todos os outros companheiros de trabalho. Com a palavra o procurador dos reclamantes: PR. que o declarante e seus companheiros trabalha, por semana, quarenta e oito horas. Com a palavra o sr. Presidente: PR. que o declarante trabalha todos os dias da semana, oito horas por dia; que, em face dessa declaração, esclarece que, em verdade, trabalha mais de quarenta e oito horas por semana, isto, é, cinquenta e seis horas. Nada mais declarou nem lhe foi perguntado. Os reclamantes se retiraram da audiência, após o depoimento pessoal, razão pela qual suas assinaturas não constam ao pé desta ata. Com a palavra o procurador dos reclamantes para apresentar

Fl. 5



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

JP
P. B. B.

suas RAZÕES FINAIS: Por ele foi dito que o direito dos reclamantes encontra amparo nas disposições dos artigos 58 e 66 e 67 da C.L.T.. Pelas disposições dos artigos citados, os trabalhadores não estão obrigados a trabalhar mais de oito horas diárias e têm, obrigatoriamente, o direito a um período mínimo de onze horas de descanso entre duas jornadas de trabalho e ainda vinte e quatro horas consecutivas de descanso semanal. As vinte e quatro horas consecutivas de descanso semanal não desobrigam a empregadora de conceder, também, as onze horas de descanso a que, por força de lei, têm direito os empregados. Trabalhando oito horas por dia, durante seis dias úteis da semana, os reclamantes deveriam trabalhar quarenta e oito horas semanais e ter vinte e quatro horas consecutivas de ed, digo, descanso. Entretanto os reclamantes, muito embora trabalhando oito horas por dia e tendo vinte e quatro horas consecutivas, digo, consecutivas de descanso semanal, estão prejudicados pela reclamada, porque trabalham mais de quarenta e oito horas durante a semana. Esse prejuízo é fruto de um habilíssimo jogo de números que, á primeira vista impressiona mas constitui prejuízo ao direito dos reclamantes. As onze horas de descanso entre duas jornadas de trabalho são habilmente diminuídas o que leva os reclamantes a trabalharem mais de quarenta e oito horas semanais sem que hajam recebido o pagamento de horas extraordinárias. Partindo do princípio exposto pelo deuto patrão da reclamada, o descanso semanal não seria de 24 horas consecutivas mas ficaria reduzido apenas a treze horas, pois, nas vinte e quatro horas são incorporadas aquelas onze horas de descanso consignadas no artigo 66 da C.L.T.. O que a lei quer é que além das onze horas de descanso tenha, ainda, o trabalhador vinte e quatro horas consecutivas para o repouso semanal. Consequentemente devem as onze horas de re-

Fl. 6



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

2/4
R. B. Dye

reposso consignadas no artigo 66 da C.L.T., ser adicionadas as vinte e quatro horas do repouso semanal. Só assim o operário, trabalhando oito horas diárias, durante seis dias úteis, digo, úteis, trabalhará quarenta e oito horas semanais. Não procede a alegação da reclamada de ter o horário de trabalho sido visado pelo M.T.I.C.. Os reclamantes não têm culpa das falhas daquele serviço. A veneranda decisão prolatada por esta MM. Junta no processo n.ºs 148 a 158/48 esclarece, de modo brilhante e irrefutável, o direito dos reclamantes e o modo pelo qual vêm eles sendo burlados pela reclamada. Os reclamantes pedem vênias para se reportarem àquela veneranda e notável decisão. Ante o exposto esperam seja a reclamada condenada ao pagamento das horas extraordinárias e mais as custas do presente processo por ser ato de justiça. Com a palavra o procurador da reclamada para apresentar as suas RAZÕES FINAIS: Por ele foi dito que o fato dos quadros horários estarem visados mostra que a reclamada agiu bem, pois, em caso contrário, a autoridade administrativa não daria seu beneplácito à organização de serviço. Isso prova que não houve intenção de burla ou fraude. E que o quadro está certo, vigorando há longos anos semqualquer oposição. O depoimento de um dos reclamantes foi deveras esclarecedor. Em emb, digo, nenhum dispositivo da C.L.T. diz que o período de descanso deve ser entre a jornada de trabalho e o período de repouso semanal. Não é exato, assim, a afirmativa contida na penúltima frase das razões finais do ilustrado patrono dos reclamantes, a fls. 5 desta ata. A lei não diz que tem de haver onze horas e mais vinte e quatro horas consecutivas para o repouso semanal. A aceitar-se a tese do reclamantes, digo, dos reclamantes, a empresa obteria vantagem pois no momento do revezamento as turmas que entram poderiam ter o seu tempo diminuído afim de ser feito apenas quarenta e oito horas por semana. A lei fala em oito horas

Fl. 7



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO,
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

31/10
P. P. P.

oito horas por dia. Estas oito horas são concedidas. , digo, concedidas normalmente. Por tais fundamentos a reclamação deve ser julgada improcedente. Proposta novamente a conciliação não foi ela possível. Foi, a seguir, suspensa a audiência, ficando designado para a audiência de julgamento o dia 9 de corrente, às doze e trinta horas, pa, digo, de cuja designação ficaram todos, neste ato, notificados. E, para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo sr. Juiz-Presidente, pelos vogais, pela reclamada, pelos procuradores das partes e por mim, secretária.

[Assinatura]
Juiz-Presidente

[Assinatura]
Vogal desempregados

[Assinatura]
Vogal dos empregadores

[Assinatura]
Reclamada

[Assinatura]
Procurador dos reclamantes

[Assinatura]
Procurador da reclamada.

[Assinatura]
Secretária.

Horário de trabalho por turnos

Empregador ..S.A. FRIGORIFICO..ANGLO.....

Denominação do estabelecimento....MATADOURO FRIGORIFICO.....

A rua.MARGEM DO SÃO..GONÇALO...S/N..... Atividade .INDUSTRIAL.....

NÚMERO DE ORDEM DA TURMA	NÚMERO DA RELAÇÃO NOMINAL	HORA DE ENTRADA	INTERVALO PARA REFEIÇÃO E REPOUSO	HORA DE SAÍDA	DESCANSO SEMANAL	VISTO DA FISCALIZAÇÃO			
						data	rubrica	data	rubrica
1	1	7	—	15	SEXTA/SABADO	(1)	<div> <p>NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. - POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-1945 (Ass.) O.S. CONDE FISCAL</p> </div>		
	2	6	9 a 10	15	"	(1)			
	3	6	10 a 11	15	"	(1)			
	4	6	12 a 13	15	"	(1)			
	5	6	11 a 12	15	"	(1)			
	6	6	12 a 13	15	"	(1)			
	7	6	9 a 10	15	"	(1)			
	8	6	10 a 11	15	"	(1)			
	9	6	12 a 13	15	"	(1)			
	10	6	11 a 12	15	"	(1)			
2	1	15	—	23	SEXTA/SABADO	(1)	<div> <p>NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. - POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-1945 (Ass.) O.S. CONDE FISCAL</p> </div>		
	2	13	16 a 17	22	"	(1)			
	3	13	17 a 18	22	"	(1)			
	4	13	19 a 20	22	"	(1)			
	5	13	18 a 19	22	"	(1)			
	6	13	19 a 20	22	"	(1)			
	7	13	16 a 17	22	"	(1)			
	8	13	17 a 18	22	"	(1)			
	9	13	19 a 20	22	"	(1)			
	10	13	18 a 19	22	"	(1)			
3	1	23	—	7	SABADO/DOMINGO	(3)	<div> <p>NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. - POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-1945 (Ass.) O.S. CONDE FISCAL</p> </div>		
	2	22	1 a 2	7	"	(2)			
	3	22	2 a 3	7	"	(2)			
	4	22	4 a 5	7	"	(2)			
	5	22	3 a 4	7	"	(2)			
	6	22	4 a 5	7	"	(2)			
	7	22	1 a 2	7	"	(2)			
	8	22	2 a 3	7	"	(2)			
	9	22	4 a 5	7	"	(2)			
	10	22	3 a 4	7	"	(2)			

Observações (1) Sai sexta-feira as 13 horas para entrar sabado as 13-- (2) Sai sabado as 6 horas para entrar domingo as 6: (3) Dispensado o intervalo para refeição e repouso de acordo com os itens 36 e 37 da Exposição de Motivos que acompanham o Decreto-Lei Nº 5452 de 15.43. -

18 de Janeiro de 1945
S. A. Frigorifico Anglo
(Ass.) W.T. GRANFIELD.
(ASSINATURA DO EMPREGADOR OU RESPONSÁVEL)

Horário de trabalho por turmas

Empregador...S.A. FRIGORIFICO ANGLO

Denominação do estabelecimento...MATADOURO FRIGORIFICO

A rua Margem do São Gonçalo.....s/nº.....Atividade...INDUSTRIAL

NUMERO DE ORDEM DA TURMA	NUMERO DA RELAÇÃO NOMINAL	HORA DE ENTRADA	INTERVALO PARA REFEIÇÃO E REPOUSO	HORA DE SAÍDA	DESCANSO SEMANAL	VISTO DA FISCALIZAÇÃO			
						Data	Rubrica	Data	Rubrica
1	1	6	—	14	SEXTA/SABADO	NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. Posto DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-945 ASS. O.S. CONDE FISCAL			
	2	6	9 à 10	15	"				
	3	6	10 à 11	15	"				
	4	6	11 à 12	15	"				
	5	6	12 à 13	15	"				
	6	9	13 à 14	18	"				
	7	6	9 à 10	15	"				
	8	6	10 à 11	15	"				
	9	6	11 à 12	15	"				
	10	6	12 à 13	15	"				
	11	9	13 à 14	18	"				
2	1	14	—	22	SEXTA/SABADO	NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. Posto DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-945 ASS. O.S. CONDE FISCAL			
	2	13	16 à 17	22	"				
	3	13	17 à 18	22	"				
	4	13	18 à 19	22	"				
	5	13	19 à 20	22	"				
	6	16	20 à 21	01	"				
	7	13	16 à 17	22	"				
	8	13	17 à 18	22	"				
	9	13	18 à 19	22	"				
	10	13	19 à 20	22	"				
	11	16	20 à 21	01	"				
3	1	22	—	6	SABADO/DOMINGO	NESTE LOCAL ENCONTRA-SE UM CARIMBO DO M.T.I.C. Posto DE FISCALIZAÇÃO DE PELOTAS DATADO DE 18-1-945 (Ass.) O.S. CONDE FISCAL			
	2	22	01 à 02	7					
	3	22	02 à 03	7					
	4	22	03 à 04	7					
	5	22	04 à 05	7					
	6	01	05 à 06	10					
	7	22	01 à 02	7					
	8	22	02 à 03	7					
	9	22	03 à 04	7					
	10	22	04 à 05	7					
	11	01	05 à 06	10					

Observações (1) Sai sexta-feira as 13 horas para entrar sabado as 13 — (2) Sai sexta as 16 horas para entrar sabado as 16 — (3) Sai sabado as 6 horas para entrar domingo as 6 — (4) Sai sabado as 9 horas para entrar domingo as 9 horas (5) Dispensa do intervalo para refeição e repouso de acordo com o item 36 e 37 da Exposição de Motivos que acompanhou o Decreto-lei 5452 de 1-5-43

18 de Janeiro de 1945..

S. A. Frigorífico Anglo

(Ass.) W. T. CRAWFIELD.....

(ASSINATURA DO EMPREGADOR OU RESPONSÁVEL)



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

2/13
P. P. P. P. P.

RECLAMAÇÕES NS. 217/48 a 233/48.

Reclamantes: MANOEL DIAS DA CRUZ e outros

Reclamada : S/A FRIGORIFÍCIO ANGLO.

Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e quarenta e oito, às 12,30 horas, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, nesta cidade, á rua 15 de novembro, n. 663, estando aberta a audiência, presentes o dr. Mozart Victor Russemano, juiz presidente, e os srs. Júlio Real, vogal dos empregadores, e José G. Nogueira, vogal dos empregados, compareceram os dres. Apedí A. de Oliveira, procurador dos Reclamantes acima marginados, e Alcides de M. Lima, procurador da Reclamada S/A Frigorífico Anglo. Proposta a solução do litígio, após vetarem os srs. vogais, foi preferida a seguinte decisão: "VISTOS, etc.. - MANOEL DIAS DA SILVA e outros, num total de 17 Reclamantes, ajuizaram o presente processo contra a S/A FRIGORIFÍCIO ANGLO, pedindo o pagamento do acréscimo legal de horas extraordinárias trabalhadas para o estabelecimento. Defendeu-se a Reclamada negando o caráter extraordinário dessas horas trabalhadas pelos Reclamantes, como se vê de sua defesa-prévia, em que se alinham argumentos já ventilados, perante esta Junta, em outras reclamatórias. --- A conciliação não vingou, embora regularmente proposta. Todas as formalidades foram obedecidas e as partes apresentaram razões finais. --- Tudo visto e examinado. --- CONSIDERANDO que, pela versão da Reclamada, os Reclamantes poderiam trabalhar 8 horas por dia durante os 7 dias da semana sem ganhar salários majorados na forma da lei, embora prejudicados os seus descansos hebdomadários; CONSIDERANDO que esta Junta já firmou sua jurisprudência, ante casos idênticos aos dos autos, entendendo que o descanso semanal disposto no art. 67, da CLT, não prejudica o descanso diário estabelecido pelo art. 66, de mes-



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Handwritten signature and initials in the top right corner.

mesmo Código; CONSIDERANDO que a versão da reclamada fêre essa interpretação da lei reconhecida e proclamada por esta Junta; CONSIDERANDO que a decisão preferida no processo ns. JCJ 148 e 158/48, (em D, digo,) que Dirceu Galarraga e outros litigaram contra a reclamada ora em grau de recurso (odri, digo,) ordinário perante o Eg. T.R.T. desta Região, se aplica inteiramente ao litígio sob julgamento, fazendo-se, por isso, remissão aos seus longos fundamentos; CONSIDERANDO que, portanto, são procedentes as reclamações; CONSIDERANDO, todavia, que as diferenças que venham a ser apuradas só são devidas pela reclamada aos reclamantes a partir de 30 de junho de 1946, eis que o direito dos segundos de exigirem da primeira diferenças salariais anteriores a essa data está irremediavelmente prescrito, na forma do artigo 11, da C.L.T., como se verifica do simples exame da data em que foi ajuizado o presente processo (fls. 2); CONSIDERANDO que mais dos autos consta; RESOLVE A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PELOTAS, por unanimidade de votos, julgar PROCEDENTES as reclamações, condenando a reclamada a pagar aos reclamantes o salário correspondente ao acréscimo legal das horas extraordinárias pagas como horas normais, a partir de 30 de junho de 1946 - tudo a ser apurado em grau de liquidação de sentença e dentro do princípio de que, pelo repouso semanal e pelo repouso diário estabelecidos na lei vigente, o empregado que trabalhar mais de oito horas diárias durante o seu tempo de serviço ou mais de seis dias durante a semana, estará executando serviços extraordinários, a serem majorados na forma que é habitual na empresa. Custas, pela reclamada, num total de CR\$ 1.475,60, sendo CR\$ 86,80 por cada reclamante, calculadas sobre o valor do processo, arbitrado pelo Juiz-Presidente desta Junta. -- Pelotas, em 9 de julho de 1948." A decisão acima transcrita foilida em voz alta e dela todos ficaram cientes. Foi, a seguir, suspensa a audiência. E, para constar, foi lavrada a

Fl. 3



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

2/15
B. Lopes

presente ata que vai assinada pelo sr. Juiz-Presidente, pelos
srs. vogais, pelos procuradores das partes e por mim, secretá-
ria.

Magnifico Russ
Juiz-Presidente

João Maria
Vogal dos empregados

Juliano
Vogal dos empregadores

Spady, Almeida & Del. Lima
Procurador dos reclamantes

Severina de M. Luz
Procuradora da reclamada

B. Lopes
Secretária.

116
P. B. Lopes

JUNTADA

Faço, nesta data, juntada
do curso de fls. 17
a 22.

Em 19 de 7 de 1918
L. B. Lopes.
SECRETARIO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO,
Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento,

*J. aq autos. R. o unido. deu - ebe se. -
fundent. T. a parte entina.
Em 12. 7. 48.
[Signature]*

S. A. FRIGORÍFICO ANGLO, não se conformando com a decisão dessa Junta, na reclamação movida por MANUEL DIAS DA SILVA e outros - Processo nº 217 a 233/48 -, vem interpôr recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho, pelos fundamentos expostos nas razões anexas, j. esta aos autos.

Pelotas, 12 de julho de 1.948

pp. Alcides de Mendonça Lima
ALCIDES DE MENDONÇA LIMA

O.A.B. sob nº 798

SELOS CORRESPONDENTES ÀS CUSTAS : Cr. \$ 1.475,60

DR. CASSIANO Nº 152

210
3/17/48
D. P. H. P.

RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA

RECORRENTE: S.A. FRIGORÍFICO ANGLO

RECORRIDOS: MANUEL DIAS DA SILVA e outros.

PELA RECORRENTE,

Egrégio Tribunal Regional do Trabalho,

A decisão recorrida, em que pese o alto conceito em que é tida, merecidamente, a digna Junta de Pelotas, merece ser reformada. Como a sentença neste caso limitou-se a reportar-se à proferida na reclamação de Dirceu Galarraga e outros - Proc. 158/48 -, na qual se discutiu a mesma tese deste processo, sem que, na atual decisão, haja sido invocado argumento novo contra a defesa da recorrente, serão usados os mesmos argumentos anteriores, já expostos nas razões de recurso interposto contra a primitiva decisão.

Conforme ficou provado nos autos - vide depoimento de Agenor Lamarque, a fls. 4, da ata de 8 do corrente -, os reclamantes integram turma de revezamento, isso é, substituem, continuamente, os demais companheiros de serviço, de modo que este não para. Pertencem às seções de caldeira e de máquinas, que, pela sua atividade, têm de funcionar ininterruptamente.

O referido reclamante declarou que tem 24 horas de descanso por semana e que, quando trabalha mais de 8 horas por dia, recebe, pelo tempo extra, salário majorado de 50%- Isso, aliás, acontece com todos os demais reclamantes, companheiros de serviço do declarante, conforme este afirmou no seu depoimento.

Por tal depoimento, que confirmou a defesa da reclamada, verifica-se que esta cumpre, RIGOROSAMENTE, os artigos 58, 59 e § 1º, 66 e 67, todos da C. L. T.

O art. 58 exige que o serviço normal seja de 8 horas por dia. E a recorrida, pelo salário ordinário, somente exige aquele tempo.

Acórdão

O art. 59 estabelece o número máximo de horas extras por dia; e a reclamada não exige trabalho superior a estas duas horas extras por dia.

O § 1º deste último dispositivo exige um pagamento de, no mínimo, 20% sobre o salário normal para as horas extras; e a reclamada paga 50% sobre o salário normal.

O art. 66 exige 11 horas, no mínimo, entre DUAS JORNADAS DE TRABALHO; e a reclamada assegura este período entre aqueles dois períodos.

O art. 67 exige um descanso semanal de 24 horas; e a reclamada concede este descanso pelo prazo fixado.

Por conseguinte, todas as exigências da CLT são cumpridas pela reclamada.

Aliás, na decisão a que se reporta a decisão recorrida, a Junta declara que, "na Consolidação, nenhum dispositivo existe que, expressamente, declare que o trabalhador executará apenas duzentas horas mensais de trabalho".

Mas a decisão, seguindo a orientação dos reclamantes, tira conclusões indiretas, inclusive com o valor da indenização determinada no art. 478, § 3º. Entretanto, este valor não tem maior significação. É uma forma da CLT generalizar, não atendendo às particularidades de cada caso. Facilitou, a forfait, o valor da indenização, evitando cálculos para cada hipótese. Tanto assim é que, inversamente, os mensalistas somente trabalham, em média, 25 dias e percebem, no caso de indenização, salários de 30 dias por cada mês de serviço. Isso prova que, nem sempre, o valor da indenização corresponde ao valor dos salários pelo tempo trabalhado. Nada impede, portanto, que, mesmo trabalhando, por mês, mais de 200 horas, o empregado receba, si despedido injustamente, indenização relativa a 200 horas. Pela própria CLT não há relação entre o valor da indenização e o valor do salário pelo tempo trabalhado. Assim sendo, não serve de argumento, para afirmar-se que somente devem ser trabalhadas 200 horas por mês, o fato da indenização ser paga nesta base.

Devia

O que a CLT., em consonância com os preceitos sociais, higiênicos e morais, exige é a duração diária do trabalho de 8 horas e um descanso semanal de 24 horas, de origem bíblica.

Quando, porém, o trabalhador encerra sua atividade e tem de voltar à putra atividade, a CLT exige, NESTA HIPÓTESE, onze horas, no mínimo, para descanso (art. 66). Não se refere, nem indiretamente, à necessidade de haver estas 11 horas entre um período de trabalho e um período de descanso semanal. A lei fala em jornada de trabalho, isso é, ao tempo em que o trabalhador gasta energias, executa um serviço, produz, consome-se. Para restaurar suas fôrças, para pegar, novamente, o serviço, deverá descansar 11 horas no mínimo. Mas, para iniciar um período de repouso, não se exige um pré-período, não se exige um pré-período de descanso, porque, no caso, não há necessidade de serem restauradas energias que não serão aproveitadas ou gastas.

Por sinal que a CLT não se refere, entre duas jornadas de trabalho, para descanso semanal a um dia, isso é, um período de 24 horas consecutivas, compreendido entre a zero hora e 24 horas da mesma fração do calendário. A CLT. refere-se a 24 horas, que podem estar compreendidas entre dois dias do calendário, mesmo sem ser em partes iguais.

Desde que, semanalmente, os reclamantes têm 24 horas consecutivas de descanso e desde que, por dia, eles não trabalham mais de 8 horas (pelo salário normal), não há como se falar em violação da CLT. E entre duas jornadas de trabalho eles têm, no mínimo, 11 horas de descanso. Somente não há este repouso entre uma jornada de trabalho e o período semanal de descanso. Mas, conforme já dito, a CLT., nem a doutrina, nem a jurisprudência exigem deste descanso pré repouso semanal.

Pelo Ministério do Trabalho, segundo os documentos exibidos, foram vizados os quadros horários, sem que nunca houvesse qualquer objeção ao sistema usado pela reclamada, vigente desde 1.945.

Fls 120
R. Lopez

Devid

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Na decisão anterior, á que se reporta a atual, existe uma interpretação confusa sobre o exemplo antes formulado pela reclamada e repizado na defesa prévia deste processo. Alega a decisão que, em dois dias do calendário, há tres de trabalho.

Entretanto, isso não corresponde ao exemplo da reclamada e á realidade. Em 2 dias do calendário, há 48 horas. Dentro dessas 48 horas, existe uma jornada de trabalho, isso é, 8 horas de trabalho, e não um dia; a seguir 24 horas de descanso; e, finalmente, mais 8 horas de serviço. Temos : $8+24+8 = 40 \text{ horas}$! Por conseguinte, não incluímos 3 dias em 48 horas.

Graficamente, o caso é o seguinte, de acôrdo com os horários estabelecidos nos quadros, cujas cópias se acham nos autos :

TRABALHADOR "X"

Dia 1^a entra ás 6 horas - Refeição das 10 ás 11 horas.

Larga ás 15 horas.

Trabalhou, portanto, 8 horas : Das 6 ás 10; das 11 ás 15.

Dias 2 - Idem, Idem, Idem

Dia 3 - Idem, Idem, Idem

Dia 4 - Idem, Idem, Idem

Dia 5 - Idem, Idem, Idem

Dia 6 - Idem, Idem, Idem

Tendo trabalhado em seis dias (e não SEIS DIAS), o empregado fez jus ao descanso semanal de 24 horas consecutivas, ex-vi do art. 67. Isso é, um repouso para restabelecer-se do cansaço, da fadiga, tornando-se apto para nova jornada.

Dia 7 - entra ás 15 horas - Refeição das 19 ás 20.

Larga ás 24 horas.

Por conseguinte, durante a semana, ele trabalhou 8 horas por dia e gozou 24 horas consecutivas de repouso.

Não há sofisma. Não há artifício. Não há burla. Há a verdadeira interpretação da CLT. Há a aplicação exata de seus dispositivos. Há o respeito a normas expressas.

Handwritten signature on the right margin.

Em face do exposto, e invocando os áureos suplementos dos eminentes e cultos juizes, a recorrente espera que será provido seu recurso, como é de

J U S T I Ç A !

Pelotas, 12 de julho de 1.948.

pp. Alcides de Mendonça Lima

ALCIDES DE MENDONÇA LIMA

O. A. B. sob nº 798

CERTIFICO que nesta data intimar o
CERTIFICO que nesta data intimar o

di Almeida de Oliveira

do conteúdo do recurso, de 17/10/18.
do conteúdo do despacho

Em 12 de 7 de 1918
Em 12 de 7 de 1918

Lucas Hope



CUSTAS

CERTIFICO que, nestas autos,
foram pagos, em selos federais, custas
no valor de Cr\$ 1.580.

Em 12 de 7 de 1918
Lucas Hope

Dr. APOLY A. DE OLIVEIRA

ADVOGADO

Inscrito na O. A. B, n.º 451

Escritório - Gal. NETO, 215

FONE 2459

Consultor Jurídico do Sindicato dos
Trabalhadores nas Industrias de Carnes e Derivados

PELOTAS

RECORRENTE; S/A FRIGORIFICO ANGLO
RECORRIDOS: MANOEL DIAS DA SILVA E OUTROS

PELOS RECORRIDOS.

Egregio Tribunal Regional do Trabalho

É de ser mantida a douta decisão recorrida, pois a mesma reflete, brilhantemente, o verdadeiro espirito da lei. Em caso identico, a M.M. Junta "a quo" já firmou jurisprudencia sobre a materia, entendendo que o descanso semanal estabelecido no art. 67, nao prejudica, de modo algum, o descanso estabelecido no art. 66, da C.L.T.

A Recorrente, lançando mao de habil sofisma, procura borrar uma "cortina de fumaça", com o evidente intuito de estabelecer confusão que prejudique o direito dos recorridos.

Entretanto, apesar de todos os argumentos expendidos, não nega a Recorrente que os recorridos trabalham durante os sete dias da semana e nem, tampouco, nega que os mesmos trabalham mais de 48 horas semanais.

Isto é o que se vê do exemplo apresentado pela Recorrente, em suas razoes de recurso.

Naquele exemplo, o trabalhador X inicia o seu serviço no dia 1º e vai até o dia 7, trabalhando sempre 8 horas por dia. Ora, numa semana de sete dias, quem trabalha oito horas por dia, trabalha 56 horas.

A doutrina e a jurisprudencia são unanimes em proclamar a semana de 48 horas para o trabalho.

Mas, contrariando aquelas, entende a Recorrente, em sua hermeneutica "sui generis", que deve bastar ao operario um repouso minimo, entre as jornadas sucessivas de trabalho.

Para a Recorrente, só devem ser concedidos, aos trabalhadores, três prazeres na vida: - Comer - Dormir - e, finalmente, a suprema felicidade e a honra insigne de trabalhar para ela, durante todos os dias que Deus lhe dá!

É isto que se deduz de sua afirmativa, nas razoes de recurso, que passamos a transcrever:-

"Tendo trabalhado em seis dias (e não SEIS DIAS), o empregado fez jus ao descanso semanal de 24 horas consecutivas, ex-vi do art. 67. ISSO É, UM REPOUSO PARA RESTABELECER-SE DO CANSAÇO, DA FADIGA, TORNANDO-SE APTO PARA NOVA JORNADA". Quer dizer que, dentro dos principios adotados pela recorrente, o operario que trabalha nas turmas de revezamento é prejudicado em onze horas, no minimo, de trabalho que realiza a mais, sem receber remuneração.

E a própria Recorrente quem o confessa:-
"/...A Lei fala em jornada de trabalho, isso é, ao tempo em que o trabalhador gasta energias, executa um serviço, produz, consome-se. Para restaurar suas forças, para pegar, novamente, o serviço deverá descansar 11 horas no minimo. Mas, para iniciar um periodo de repouso, não se exige um pré-periodo de descanso, porque, no caso, nao ha necessidade de serem restauradas energias que nao serao aproveitadas ou gastas. (!)

A Recorrente não pode compreender que alguém tenha o direito de um pré-periodo de 11 horas, estabelecido no art. 66, da C.L.T., antes das 24 horas consecutivas de repouso hebdomadario, uma vez que "nao ha necessidade de serem restauradas energias que nao serao aproveitadas ou gastas...EM

BENEFICIO DA RECORRENTE!

Não é este, no entanto, o espirito da lei. E, para prová-lo, usaremos as doutes argumentações, contidas na

125
R. P. P. P.

brilhante decisão, prolatada pela M.M. Junta "a quo" em processo identico e que, com a devida venia, passamos a transcrever:-

"A circunstancia ressaltada pela Reclamada, em suas razões finais, de que os Reclamantes não produziram prova do que alegaram não pode prevalecer no caso dos autos. O onus da prova é, evidentemente, dispensavel sempre que a parte contraria não nega os fatos alegados. Da defeza preya de fls. 4 e segs. se depreende que, em verdade, tem razões os Reclamantes ao lançar o petitorio de fls., como a seguir ficara demonstrado. A versão da Reclamada não encontra guarida na lei. De fato, não existe, na Consolidação, nenhum dispositivo que, expressamente, declare que o trabalhador executara, apenas, duzentas horas mensais de trabalho. Em geral, essa é a base usada pela lei para calculo de indenização e mesmo para calculo de salario. É, entretanto, uma base aprioristica, estabelecida na impossibilidade de se apurar, caso a caso, o verdadeiro. é a hipotese do art. 478, paragrafo III, quando estabelece o calculo da indenização por despedida injusta do trabalhador HORISTA. Nem de outra forma dispunha o art. 22, do decreto-lei n. 2.308, de 13 de junho de 1940, que regulava a materia da duração do trabalho, consoante o faz sentir J.A. NOGUEIRA JUNIOR, em sua excelente monografia, (Duração do Trabalho, pag. 124). E tal dispositivo esta integralmente reafirmado no art. 64, da C. L. T.....

"Em face da lei vigente, não ha como se negar que o empregado só é coagido a trabalhar, NORMALMENTE, OITO HORAS DIARIAS, isto é, oito horas POR DIA DE TRABALHO (art. 58). Por sinal, a lei das oito horas de trabalho é, hoje, uma conquista operaria, como também é uma conquista operaria o repouso semanal obrigatorio, que a Constituição Federal tornou remunerado. Tais conquistas merecem a defeza desta Justiça Especializada. --- Ora, si a semana tem sete dias e si um desses sete dias é destinado ao descanso hebdomadario (art. 67), temos que, ao maximo, os dias de trabalho possiveis, em uma semana, são seis. Si o trabalhador executa serviços em seis dias por semana e si a duração diaria do seu trabalho é de oito horas, não ha hipotese do trabalhador prestar serviços ao seu patrão, na semana, por mais de quarenta e oito horas, a não ser que o faça em carater extraordinario. E quando isso ocorrer, sendo extraordinario o trabalho prestado, deve alele corresponder um salario extraordinario. ---

"Convem fique esclarecido que o art. 67, da Consolidação, determinando que o empregado tenha 24 horas de descanso ininterrupto por semana deve ser interpretado a luz do art. 66 do mesmoCodigo. Naquele dispositivo consagra-se o "principio do repouso hebdomadario", de origem blica. Neste, consagra-se o "principio do repouso diario". Um não exclui o outro. --- Caso contrario, far-se-ia o que pretende a Reclamada, com o seu exemplo de fls. 5: um empregado que, após trabalhar oito horas num sabado, deixasse o serviço as 16 horas, poderia retoma-lo as mesmas horas dedomingo, considerando-se, assim, como tendo ele já gosado o repouso semanal. --- O absurdo é flagrante. O art. 66 declara que entre os dois turnos diarios de trabalho ha um repouso minimo de onze horas, de modo que esse intervalo também deve ser respeitado, SEM PREJUIZO DAS VINTE E QUATRO HORAS CORRESPONDENTES AO REPOUSO

126
"REPOUSO SEMANAL.---, A versão da Reclamada ou ofende a lei
"das oito horas ou fere o principio do descanso semanal
"Caso contrario, não haveria hipotese de um empregado tra-
"balhar, numa semana, normalmente, mais de 48 horas.---
"Esses dispositivos sobre a duração do trabalho têm em mi-
"ra a defeza do trabalhador como homem, i.e., como necessi-
"tado de um repouso fisico e espirital que lhe recupere
"s naturais perdas organicas. Dai a natureza publica dos
"mesmos. Tanto assim que os operarios de antigamente, pro-
"curando u'a limitação razoavel para a prestação de servi-
"ços, cantavam aqueles dois versos que se universalizaram:
"-----Eight hours to work, eight hours to play,----
"-----eight hours to sleep, eight shillings a day!--
"Sobre o assunto, com propriedade, escrevem, na Espanha,
"ALVAREZ e, entre nós, SUSSEKIND, LACERDA E VIANA (Drecho
"Obreiro, pag. 196; Direito Brasileiro de Trabalho, I vol.,
"pag. 191). Por outro lado, todos os escritores especiali-
"zados concordam que a jornada semanal de trabalho é de -
"48 horas, assim como a jornada diaria de trabalho é de
"8 horas, de onde se conclui pela universal consagração
"do descanso hebdomadario, alias consignado na lei patria.
"Ja a Carta Internacional do Trabalho, do discutido Trata-
"do de Versalhes, no inciso IV, estabelecia e recomendava
"a adoção da jornada de oito horas de trabalho, OU DA -
"SEMANA DE QUARENTA E OITO HORAS", com o fim de alcançar
"por toda a parte onde ainda não foi obtida.-----
"CESARINO JUNIOR, por seu turno, doutrina: "A DURAÇÃO
"NORMAL do dia de trabalho é de oito horas diarias ou
"QUARENTA E OITO HORAS SEMANAIS, nas referidas atividades
"privadas, de trabalho diurno ou noturno, correspondendo
"a CADA SEIS DIAS DE TRABALHO EFETIVO UM DIA DE DESCANÇO"
(Direito Social Brasileiro, II vol., pag. 237).-----
"NIEMEYER, escrevendo sob o imperio do decreto 21.364, de
"4 de maio de 1932, que regulava o trabalho na industria,
"adianta: "A mudança ou distribuição de horas diarias e
"permitida, DENTRO, POREM, DAS QUARENTA E OITO HORAS e
"sem aumento de salario". E, logo após: "Como nos demais
"casos anteriores, A CADA PERIODO DE SEIS DIAS CONSECUTI-
"VOS CORRESPONDE UM DIA DE DESCANÇO" (Curso de Legisla-
"ção Brasileira do Trabalho, pg. 122).-----BUYS DE BARROS
se pronuncia no mesmo sentido: "A DURAÇÃO DIARIA DO TRA-
"BALHO VEM SEMPRE CONDICIONADA À JORNADA SEMANAL" (Direi-
"to Industrial e Legislação do Trabalho, II vol., pag. 135).
"Oclassico GALLART FOLCH, finalmente, lança, em face da
"lei espanhola, a ultima palavra sobre o assunto: "La jor-
"nada maxima legal española es la de ocho horas diarias o
"48 HORAS SEMANALES" (Derecho Espanol del Trabajo, pag. 246)
"De modo que o empregado, tendo como jornada normal de tra-
"balho, em face do art. 56, um total de oito horas diarias
e tendo, pelo art. 67, direito a um dia de repouso no de-
"curso da semana, sem prejuizo do intervalo consignado no
"art. 66 - so se pode concluir, pela matematica, que o -
"empregado brasileiro devera receber salarios extraordi-
"narios sempre que executar serviços em mais de 48 horas
na semana. O mesmo se dira quanto a jornada mensal de -
"trabalho. Si o mês tiver, por exemplo, 25 dias uteis, de
"trabalho efetivo, o empregado terá direito a salarios -
"extraordinarios relativos as horas extraordinarias que
"excederem ao limite de duzentas horas. Isto é, o numero
"de dias de trabalho multiplicado pelo numero de horas
"normais de serviço: $25 \times 8 = 200$.---Si o mês tiver, po-
"rem, 27 dias uteis (e isso é o maximo) serão horas extra
"a serem pagas com o acrescimo legal ou contratual, as -
"que ultrapassarem o limite maximo de 216 horas por mês.
"Isto é, $27 \times 8 = 216$.--- Não é que a Reclamada dê mais
"de oito horas diarias de serviços aos Reclamantes. O
"problema não é esse. É que, embora trabalhando, apenas,
oito horas diarias, os Reclamantes trabalham mais de 48
"horas semanais, prejudicando a Reclamada o gozo do re-
"pouso hebdomadario obrigatorio dos Reclamantes. Da-lhes,

"Dá-lhes, é verdade, 24 horas consecutivas de descanso.
"Mas prejudica-lhes, quando o descanso semanal lhes é
"concedido, o período mínimo de onze horas de repouso,
"exigido pelo art. 66. Essas horas, indevidamente trava-
"lhadas, devem ser pagas como horas extraordinárias, is-
"to é, regularmente acrescidas. Não o tendo feito a Re-
"clamada devera fazê-lo agora, por via de condenação ju-
"dicial.-----
"Para que se veja quão artificiosa é a tese da Reclamada,
"basta que se tome o seu próprio exemplo de fls. 5 dos au-
"tos: o trabalhador ali imaginado EM DOIS DIAS DE TRABA-
"LHO (DIAS 8 e 9 DE JUNHO) TERIA EXECUTADO SERVIÇOS DURAN-
"TE OITO HORAS POR DIA E, ALEM DISSO, GOZADO O REPOUSO SE-
"MANAL DE UM DIA. TERIA ELE, PORTANTO, NOS DIAS 8 e 9 DE
"JUNHO, DOIS DIAS DE TRABALHO NORMAL E MAIS UM DIA DE DES-
"CANÇO. ----- O calendario nao permite que EM
"QUARENTA E OITO HORAS SE INCLUAM TRÊS DIAS.-----
"A versão da Reclamada, embora hábil e inteligente, é
"portanto, sofisticada. (O grifo é nosso) Nela existe vio-
"lação da lei, embora dificilmente se descubra essa vio-
"lação. Ao menos em parte, como se queira, a tese da Re-
"clamada suprime o repouso semanal ou suprime ou suprime
"o repouso diario consignados, respectivamente, nos arts.
"67 e 66 da Consolidação. ----- Nenhum desses direitos
"do empregado podera, porem, ser ofendido, porque seria
"permitir que se afetasse a lei, ferindo-se o espirito
"tutelar do Direito do Trabalho.-----As horas extras, deve-
"rão, como horas extras, ser pagas aos Reclamantes, porem
"apenas a partir de 25 de maio de 1946, já que as anterio-
"res estão viciadas pela prescrição estatuida no art. 11,
"da Consolidação"-----

A decisão acima-transcrita é de uma clareza cris-
talina. Nela, a M.M. Junta "a quo" apreciou o assunto sob to-
dos os seus aspectos. Nela foram citados todos os tratadistas
renomados, patrios e estrangeiros. Todos são unânimes em pro-
clamar que "A CADA SEIS DIAS DE TRABALHO CONSECUTIVOS CORRES-
PONDE UM DIA DE DESCANÇO" e que "A DURAÇÃO DIARIA DO TRABA-
LHO VEM SEMPRE CONDICIONADA A JORNADA SEMANAL e, ainda, que
a jornada semanal, universalmente adotada é de 48 HORAS.

Não pode, portanto, prevalecer a tese da Recor-
rente pois que esta, como bem afirmou a M.M. Junta "a quo",
é sofisticada e "nela existe violação da lei".

E uma vez que a Recorrente se esfalha em procurar
convencer, através do malabarismo sofisticado dos números, que a
sua versão é a verdadeira, com o fito de não pagar as horas ex-
traordinárias, trabalhadas pelos recorridos e, ainda, de conti-
nuar suprimindo o repouso estabelecido pelo art. 66 da C.L.T.,
então ha burla, ha premeditação e má fé.

Diante do exposto, da doutrina e da jurispruden-
cia, de tudo o que contém os autos e mais os doutos suplemen-
tos de estilo que esse Egregio Tribunal aduzira, esperam os
recorridos seja mantida a decisão e far-se-a, assim, mais uma
vez, ato de soberana

J U S T I Ç A

Pelotas, 17 de julho de 1948

p.p. *Sperry Almeida de Lucena*



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

199
P. B. B. B.

CONCUSA

Faço, nesta data, conclusos estes autos
ao Sr. Presidente.

Em 19 de 19

R. B. B. B.

SECRET

*Ja' sendo a materia pendente do
Cf. C. R. F., portanto a decisao
decomda pelo seus proprios funda-
mentos.*

*Remtase os autos a Superior
Instancia.*

Data supra.

M. Russell



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

29
J. V. M.

TRT-582/48
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Snr. Presidente.

Em 24 de julho de 1948
Luiz Manoel de Jesus
Secretário

À Procuradoria Regional
para parecer.

Em 26 de 7 de 1948
Ingenua
Presidente

VISTA

Ao Snr. Procurador Regional, de ordem
do Snr. Presidente.

Em 26 de julho de 1948
Luiz Manoel de Jesus
Secretário

Recebido na Secretaria
Em 7 de 7 de 1978
Afluno Gastal
Escriturário classe E
Bat.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Snr. Procurador.

Em 20 de 7 de 1978
Afluno Gastal
Escriturário classe E
Bat.

JUNTADA

Faço juntada do parecer

me segue

Em 21 de 7 de 1978
Amor B. de O. Bapt
Escriturário classe E
Bat.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

Fl. 30
[Assinatura]

TRT-582/48 - Pelotas

RECLAMANTES: Manoel Dias da Silva e outros

RECLAMADA: S/A Frigorífico Anglo

P A R E C E R

Relatório:

I - Manoel Dias da Silva e outros, contra a S/A Frigorífico Anglo, reclamam o pagamento de horas extraordinárias, nos termos da inicial.

Devidamente processada, é a reclamação julgada procedente, donde o presente recurso para este colendo Tribunal.

Preliminar:

II - Tem cabimento o recurso interposto, por se enquadrar no disposto no art. 1º do D.L. 8.737, de 19-1-46.

Mérito:

III - Opinamos pela confirmação da decisão recorrida, pelos seus próprios fundamentos.

PÔRTO ALEGRE, 31 de julho de 1948.

[Assinatura]

DELMAR DIOGO
Procurador Regional
4ª Região.



Fl. 31
87

Remetido ao Conselho

Em 7 de 8 de 1948

[Signature]
Secretário

Recebido na Secretaria.

Em 3 de agosto de 1948

[Signature]
Nome Legítimo

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Sr. Presidente.

Em 3 de 8 de 1948

[Signature]
Secretário

DESIGNAÇÃO

Nomeio RELATOR por distribuição o Juiz do T. R. T. _____

[Signature]
Paulo Sobrinho

Em 5/8/48

[Signature]
Presidente

VISTA

Ao Snr. Juiz Relator

Paulo Dubus

de ordem do Snr. Presidente.

Em 1 de 8 de 1948

Manuel

Secretário

Tratado
em 23 de Agosto de 1948
P. M.

Recebido na Secretaria.

Em 2 de ago de 1948

Manuel

VISTA

Ao Snr. Juiz Revisor

Manuel

de ordem do Snr. Presidente.

Em 2 de ago de 1948

Manuel

Secretário

Manuel

25-8-48.

Manuel



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

32

Weyne

1 P. 1-582/18

Recebido na Secretaria.

Em *26* de *agosto* de *1948*

Weyne Equihis

[Assinatura]

EM FAUTA.

para julgamento na sessão
de *9* de *setembro* às 13 horas.

Notifiquem-se as partes interessadas.

Em *27* de *8* de *1948*

[Assinatura]



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

RIO DE JANEIRO, D. F.

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS
ANEXO II/1946

Nº 30 - 8 - 46 --- Decreto nº 24.241 de 9 setembro
de 1946, que regulamenta as indústrias de carnes e derivados.
ANEXO II/1946
TÍTULO SUBSTITUTO



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

RIO DE JANEIRO, D. F.

.....
S/ (NOME) (NOME)
PEL (NOME) (NOME)

Em 30 - 3 - 48 -- Comarca Tribunal julga em 9 setembro co-
fronte ao processo criminal do número 10.000.000 de 10.000 de 10.000
CARLOS ALBERTO LIMA e 10.000 de 10.000 de 10.000

PAY.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

NOTIFICAÇÃO = Proc. TRT: Nº 582/48

Ilmo. Snr.

Sr. João Campos Duha
Av. Borges de Medeiros nº 453
N/CAPITAL

Comunico que este Tribunal Regional-
julgará dia 9 de setembro do corrente ano as 13,00
horas o processo entre partes S/A FRIGORIFICO AN-
GLO com MANOEL DIAS DA SILVA e OUTROS.

Porto Alegre, 30 de setembro de 1948

MARGARIDA MORAES NASCIMENTO
SECRETÁRIO SUBSTITUTO

RAV.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

NOTIFICAÇÃO = Proc. TRT. Nº 582/48

Ilmo. Snr.

Dr. IVESCIO PACHECO

Praça 15 de Novembro nº 42

N/CAPITAL

Comunico que este Tribunal Regional
julgará dia 9 de setembro do corrente ano as 13,00
horas o processo entre partes S/A FRIGORIFICO AN=
GLO com MANOEL DIAS DA SILVA.

Pôrto Alegre, 30 de Agosto de 1 948

MARGARIDA MORAES NASCIMENTO
SECRETÁRIO SUBSTITUTO

RAV.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

PROCESSO CRT 582/48 - 4

Assunto:

Recorrente reclamado: Frigorifico Anglo S/A

Recorridos reclamantes: Manoel Dias da Silva e outros

Tomaram arte no monumento p. b.
muze. Paulo Roberto de Silveira
L. Votto, de Salles. P. e. e. e. e. e. e.

Relator: ~~XVogel~~ Juiz-Sr. Paulo Dohms

Distribuido em _____ 19 ____ Recebido em _____ 19 ____

Restituído pelo relator em _____ 19

Incluído em pauta em 22.11.20 - 19

Julgado em sessão de 1-9-98 19

Resultado do julgamento: O Tribunal, no mérito, rejeitou a alegação de dolo, por não haver sido demonstrado que a empresa declarante, antes de emitir a Declaração, sabia ou deveria saber que a mesma era falsa. Assim, a empresa declarante não é responsável por danos materiais ou morais decorrentes da emissão da Declaração falsa.

4: Região

Porto Alegre - R. Rio de Janeiro,

de

de 19

Stanford McKiscent
SECRETARIO

SECRETARIO

TELEGRAMA

S/A FRIGORIFICO ANGLO
PELOTAS - E/E.

10/9/48

COMUNICO TRIBUNAL DO PROVIMENTO RECURSO INTERPOSTO
ESSA FIRMA CASO MANOEL DIAS DA SILVA E OUTROS PARA APROVAÇÃO
BADA PT MARGALIDA MORAES NASCIMENTO VC SECRETARIO SUBSTITUTO

SECRETARIO SUBSTITUTO

LLS.

3238
22
mt



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

NOTIFICAÇÃO PROC. TRT-582/48

Ilmo. Sr.

Dr. João Campos Duha.

Avda. Borges de Medeiros, 453.

N/C.

Levo ao seu conhecimento que por este Tribunal, em sessão de 9/9/48, foi julgado o processo em que Manoel Dias da Silva e outros contendem com S/A. Frigoríficos Anglo, conforme cópia inclusa do respectivo Acórdão.

Pôrto Alegre, de setembro de 1948.

MARGARIDA MORAES NASCIMENTO
SECRETARIO SUBSTITUTO

LLS.

397
Av.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

NOTIFICAÇÃO PROC. TRT-582/48.

Ilmo. Sr.

Dr. Ivêscio Pacheco.

Praça 15 de novembro, 42.

N/C.

Levo ao seu conhecimento que por este Tribunal, em sessão de 9/9/48, foi julgado o processo em que Manoel Dias da Silva e outros contendem com S/A. Frigorífico Anglo, conforme cópia inclusa do respetivo Acórdão.

Pôrto Alegre, de setembro de 1948.

MARGARIDA MORAES NASCIMENTO
SECRETARIO SUBSTITUTO

LLS.

40
MA

TELEGRAMA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS
PERNAMB - N/S.

10/9/48

COMUNICO TRIBUNAL DEU PROVIDENTE RECURSO INTERPOSTO
FRIGORIFICO ANGIO 3/4 CASSO VALOEL DIAS DA SILVA E OUTROS PARA ABSOL
VER EMPALHA REGISTADA PT. ANTONIO CORRAL E SOCI. ANTO VO SECRETARIO
SUBSTITUTO

SECRETARIO SUBSTITUTO

LLS.



12
28

ACÓRDÃO
(TRT-582/48)

EMENTA : O empregado que trabalha 48 horas semanais não tem direito a remuneração extraordinária.

VISTOS e relatados êstes autos de recurso ordinário interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, sendo recorrente S/A. Frigorífico Anglo e recorridos Manoel Dias da Silva e outros.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados ingressa na Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas com a presente ação contra a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo em defesa dos seus associados Manoel Dias da Silva e outros dezesseis operários, com o objetivo de obter para os mesmos o pagamento de horas extraordinárias.

Como o valor da reclamação fôsse indeterminado, S.Ex.^a o Juiz Presidente da Junta a quo deu à causa o valor total de Cr\$ 17 000,00.

Em sua contestação inicial diz o patrono da Sociedade reclamada que os reclamantes fazem parte das turmas de revezamento das secções de caldeira e máquina, consequentemente o trabalho dêles é especial, não podendo ser regulado pelas normas gerais dos demais serviços; que os reclamantes trabalham oito horas por dia normalmente e, quando excedem êste tempo, percebem horas extraordinárias, com o acréscimo de 50%, não obstante a lei determinar que tais horas sejam pagas com o aumento de somente 20%; que a C.L.T., em seu art. 66, exige entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso, preceito êste que vem sendo respeitado pela Sociedade demandada.

Não anuíram os litigantes à proposta de conciliação formulada.

Foram ouvidos os reclamantes tendo um dêles confessado que quando trabalha mais de oito horas por dia, recebe o salário relativo a essas horas extras majorado de 50% e que durante a semana, tem 24 horas consecutivas de repouso. Acrescentou que assim acontece com todos os outros companheiros de trabalho, sendo 48 o total de horas normalmente trabalhadas durante a semana. Entretanto, perguntado pelo Sr. Presidente, respondeu textualmente que trabalha em todos os dias da semana oito horas, deduzindo daí que trabalha, em verdade, mais de 48 horas por semana, isto é, cin-



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

ACÓRDÃO

cinquenta e seis horas.

As partes falaram em razões finais. Mais uma vez falhou a conciliação então proposta.

Sentenciando, o MM. Tribunal inferior julga procedente o pedido contido na inicial e com efeito retroativo a partir de 30 de junho de 1946, devendo ser o valor devido apurado na liquidação. Condena ainda a Sociedade reclamada ao pagamento das custas na importância de Cr\$ 1 475,60.

Observando as formalidades legais, a Sociedade reclamada interpõe o recurso de fls. 17 a 22. Contesta o Sindicato postulante.

Devidamente sustentada a decisão, sobem os autos a este Tribunal de onde são encaminhados a DD. Procuradoria Regional, tendo seu douto titular exarado parecer a fls. 30.

ISTO POSTO :

A contenda de que tratam estes autos, em sua essência, é idêntica ao processo TRT 515/48, feito sobre o qual este Tribunal já se pronunciou.

Os demandantes baseiam o pedido no fato de trabalharem, por semana, mais de 48 horas.

A demandada contraria a procedência das reclamações quanto à prestação de serviço em horas além das normais, mas não contesta a acusação de que seus empregados, quando gozam o repouso semanal de 24 horas, não descansam 11 horas entre duas jornadas de trabalho.

O que pretendem os postulantes é o pagamento dessas onze horas, por semana, por entenderem que devem as mesmas ser somadas às 24 horas do repouso semanal. Mas isso não é possível: 1ª) porque, quando completa a semana, isto é, após terem os reclamantes prestado seis dias de serviço, ao último deles seguem-se, imediatamente, 24 horas de repouso;

2ª) porque, pagando a empregadora as onze horas questionadas, teriam os empregados remuneração semanal correspondente a 59 horas quando, na realidade, como posteriormente ficará demonstrado, trabalham somente 48 horas;

3ª) porque a C.L.T. não determina que ao empregado deva ser concedido, no fim da semana, além das 24 horas de repouso, o descanso de 11 horas, descanso este devido somente entre duas jornadas de trabalho, como claramente reza o art. 66 da citada Consolidação.

A respeitável opinião do ilustrado e culto Juiz Presidente do Tribunal a quo, esposada pelos meritíssimos vogais daquela Jun



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

ACÓRDÃO

Junta de Conciliação e Julgamento, não é de ser acolhida pois nela ocorreu lamentável equívoco, segundo explanação a seguir exposta. Por simples multiplicações e uma soma a contenda é resolvida.

O depoimento de fls. 7, prestado por um dos reclamantes, não deixa margem para dúvida e confirma os quadros de horário de fls. 11 e 12 não contestados no decorrer da instrução ou em fase alguma do processo. Estas provas evidenciam:

- 1ª - a empresa recorrente paga regularmente quaisquer horas extraordinárias;
- 2ª - uma vez por semana a Sociedade reclamada concede o repouso semanal de 24 horas ininterruptas;
- 3ª - os postulantes gozam do intervalo de 1 hora para a alimentação;
- 4ª - os recorridos, entre duas jornadas de trabalho, des cansam 15 horas.

Não trabalham os reclamantes, normalmente, mais de 48 horas por semana, o que provam os seguintes algarismos:

	HORAS	HORAS
A semana tem 7 dias e cada um dêles tem 24		
horas, portanto, durante a semana temos.....	168	
Entre duas jornadas de trabalho, é concedido o		
descanso de 11 horas, que em seis dias de tra-		
balho, representam.....		66
Mas os quadros de horário, de fls. 11 e 12, co		
mo ainda o depoimento de fls. 7, provam que en		
tre duas jornadas de trabalho, têm os suplican		
tes 15 horas de descanso, daí resultam mais 4		
horas não trabalhadas, que, multiplicadas por 6		
dias, dão.....		24
De conformidade com o art. 67 da Consolidação		
das Leis do Trabalho é concedido o repouso se		
manal de.....		24
Ainda se verifica dos quadros de horário de fls		
11 e 12 que aos reclamantes é concedido o in		
tervalo de 1 hora para alimentação, por dia, o		
que em 6 dias perfaz.....		6
Trabalham os recorridos por dia, normalmente 8		
horas, que multiplicadas por 6 dias, equivalem,		
por semana a		48
Consequentemente tem-se em 7 dias, isto é, nu		
ma semana.....	168	168



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

ACÓRDÃO

Detalhes mais minuciosos são dispensáveis, pois os indicados configuram de sobejo a improcedência das reclamações.

Ante o exposto,

ACORDAM, unanimemente, os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região :

Em DAR PROVIMENTO ao recurso para, reformando a decisão recorrida, absolver a empresa reclamada.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Pôrto Alegre, 9 de setembro de 1948.

Jorge Surreaux

Jorge Surreaux

Presidente

Paulo João Ernesto Dohms

Paulo João Ernesto Dohms

Relator

Fui presente:

Delmar Diogo

Delmar Diogo

Procurador
Regional

SILR...

Arquivos publicados no
Diário Oficial do Estado
Em 1º-10-48

Gady F. da Silva



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

46
Lashy

JUNTA

Faço junta

do plano de
diário de Rs. 48 a 50

Em 15 de

Lashy
Secretário

48

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho

4ª Região

47
Lacy

Nos autos, reunam
conclusões.

Em 15/10/48.

Jayme

T. R. T. - 4ª REGIÃO	
Protocolo Geral	
Nº	846/48
Em	15/10/48
Lacy da Silva	

MANOEL DIAS DA SILVA E OUTROS, no processo em que contendem com S/A Frigorífico Anglo, não se conformando, data venia, com respeitável acórdão que o decidiu, querem do mesmo recorrer, como efetivamente, recorrem e, para tanto,

R E Q U E R E M ,

respeitosamente, a V. Excia., a juntada das inclusas razões aos autos e, procedidas as diligências de direito, seu encaminhamento à Superior Instância.

N. Termos

p.p. Deferimento

Pôrto Alegre, 16 de outubro de 1948

p.p.

José Carlos da Silva

48
Pady

Recorrentes : *Manuel Dias da Silva e outros*

Recorrida : S/A Frigorífico Anglo

PELOS RECORRENTES

1.-CABIMENTO DO RECURSO

Tem cabimento o presente recurso, com fundamento na letra b) do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Efetivamente, o venerando acórdão recorrido, com sua maneira de decidir, feriu o disposto no artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como os 66 e 67 do citado Instituto Legal, que prescrevem, respectivamente, a duração de 8 horas para a jornada normal de trabalho, o intervalo mínimo de 11 horas entre cada jornada e o descanso semanal de 24 horas consecutivas.

Como muito bem acentuou a decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, "não é que a reclamada dê mais de oito horas diárias de serviço aos reclamantes. O problema não é esse. É que, embora trabalhando apenas oito horas diárias, os reclamantes trabalham mais de 48 horas semanais, prejudicando a reclamada o gozo do repouso hebdomadário obrigatório dos reclamantes. Dá-lhes, é verdade, 24 horas consecutivas de descanso. Mas prejudica-lhes quando o descanso semanal lhes é concedido o período mínimo de onze horas de repouso, exigido pelo art. 66. Essas horas indevidamente trabalhadas devem ser pagadas como extraordinárias, isto é, regularmente acrescidas".

A infração ao disposto legal é patente. Entre uma e outra jornada de trabalho, a empresa recorrida dá um descanso de 15 horas. No fim da semana, a título de descanso semanal, prolonga esse intervalo por mais 9 horas. Dessa maneira, SEUS EMPREGADOS TRABALHAM TODOS OS DIAS, de vez que, do repouso à nova jornada normal, não decorre o período de 11 horas de descanso.

A lei prescreve de maneira clara que, entre cada jornada de trabalho deve mediar um espaço mínimo, de descanso, de 11 horas, e que é assegurado a todo empregado um repouso semanal de 24 horas corridas. Toda a tese repousa, pois, na distinção entre os dois institutos, repouso semanal e descanso entre as jornadas. É evidente, e o texto legal é perfeitamente claro que um independe do outro. Saindo o empregado de uma jornada de trabalho, deverá ele ter o descanso de 11 horas a que se refere o art. 66 da lei e, se esse dia é o último da semana, a esse repouso seguir-se-á o descanso semanal previsto no art. 67. Em caso contrário ou o descanso mínimo, ou o repouso semanal ficarão reduzidos.

Como bem acentua a sentença da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, "a versão da reclamada, embora hábil e inteligente é sofisticada; nela existe violação à lei, embora dificilmente se vislumbre essa violação".

A questão se resume, mesmo, como afirmou o venerando acórdão recorrido, numa simples questão de somar. A lei afirma que entre duas jornadas haverá um descanso mínimo de onze horas. No último dia da semana, porém, a recorrida não concede esse descanso, QUE DEVE

SER DIÁRIO. Confunde-o com o descanso semanal. A conclusão não pode deixar dúvidas: ou o descanso semanal é violado ou o repouso entre as jornadas o é, porque é impossível que dois benefícios, um de onze horas e outro de 24 horas, sendo ambos distintos, possam ser concedidos concomitantemente num só dia...

49
Lacy

2.- Mas ainda dentro dos quadro horários dos recorrentes, anexados pela recorrida, se demonstrará, "por conta de somar", que a lei foi ferida e que, além das horas extraordinárias que lhes são suprimidas do descanso semanal, os recorrentes fazem outras sobre as quais não recebem a remuneração de lei.

Tomemos como exemplo a turma nº 1 do quadro-horário de fls. 10 e façamos o seu desdobramento através de um mês de 30 dias.

DIA	entrada	refeição	saída	horas	TOTAL
1	6 horas	9-10	15	-8	
2	"	"	"	-8	
3	"	"	"	-8	
4	"	"	"	-8	
5	"	"	"	-8	
6	"	"	"	-8	48 horas
Largam dia 6 e, após 24 horas corridas retomam o serviço no dia					
7	15 horas	16-17	22	-8	
8	"	"	"	"	
9	"	"	"	"	
10	"	"	"	"	
11	"	"	"	"	
12	"	"	"	"	48 horas
Largam dia 12 e, após 24 horas corridas retomam o serviço no dia					
13	22 horas	1-2	7	8	
14	"	"	"	"	
15	"	"	"	"	
16	"	"	"	"	
17	"	"	"	"	
18	"	"	"	"	48 horas
Largam dia 18 e, após 24 horas corridas retomam o serviço no dia					
19	6 horas	9-10	15	8	
20	"	"	"	"	
21	"	"	"	"	
22	"	"	"	"	
23	"	"	"	"	
24	"	"	"	"	48 horas
Largam dia 24 e, após 24 horas corridas retomam o serviço no dia					
25	15 horas	16-17	22	8	
26	"	"	"	"	
27	"	"	"	"	
28	"	"	"	"	
29	"	"	"	"	
30	"	"	"	"	48 horas
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO MÊS.....					240 horas

Pelo quadro acima se vê que, comquanto aparentemente trabalhem os recorrentes somente quarenta e oito horas semanais, a realidade é perfeitamente outra, de vez que vão ao serviço diariamente, não havendo solução de continuidade, pelo descanso semanal, entre as diversas semanas.

É pacífico que todo o horário excedente de duzentas horas semanais (25 dias X 8 horas), é considerada extraordinária. Ora a recorrente, não paga as horas feitas a mais pelos recorridos e, ainda, não respeita a jornada normal, como atestam clara e insofismavelmente os números acima que, na sua singeleza não mentem e são perfeitos, digo e esclarecem perfeitamente a questão. A SEMANA DE TRABALHO DOS RECORRENTES É, PRATICAMENTE, DE SETE DIAS, HAVENDO MÊS CHEIO DE TRABALHO, por isso que saem do serviço num dia, no fim da semana, para retornarem no outro. Os que saem do serviço no sábado, já domingo reasumem, e daí as horas extraordinárias consequentes dessa pegada domingo e que dilatam as 200 horas mensais para 240.

2.- MÉRITO

Poucos comentários são necessários quanto ao mérito de vez que a preliminar do cabimento, matéria puramente de direito, o envolve. Alegou, no entanto, a recorrida, que paga as horas extras feitas pelos recorrentes. Convém esclarecer, no entretanto, a fim de que surta efeito o deliberado intuito da reclamada de lançar confusão no processo, que as horas extraordinárias pagas, se referem a prolongamento do horário diário e não às da infração que ora se aponta.

Alega, ainda, a reclamada, que os recorrentes não comprovaram a existência das horas extraordinárias que alegaram. Mas, esqueceu-se que, no presente feito, se discute justamente o horário que impôs aos recorrentes, e se afirma e prova que esse horário implica na feitura de horas extraordinárias, pela supressão parcial do descanso dominical. Logo, há confissão e, ante ela, desnecessário se torna a prova.

Egrégio Tribunal Superior do Trabalho !

A reforma do acórdão recorrido, é medida que se impõe para retorno do império do direito e para que se proceda com integral

J U S T I Ç A !

Flávio Pacheco



51
Lado

894. 582/48

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Snr. Presidente.

Em 16 de 10 de 1948

Thi. Mucunha
Secretário

Admito o recurso
e dou-lhe efeito
suspensivo.

Notifique-se a
parte contrária para
contestá-lo, querendo.

Assina supra.
Engelmann
Presidente.

53
WALTER C. E. BECKEIR
ELOJ JOSÉ DA ROCHA
HELIO P. HOFFMANN
JOÃO CAMPOS DUHA

ADVOGADOS

CAIXA POSTAL, 555
PORTO ALEGRE

Dr. Dr. Presidente do Tribunal Regional do Tra-



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

NOTIFICAÇÃO PROCESSO 582/48

DR. JOÃO CAMPOS DUHA
AVENIDA BORGES DE MEDEIROS 453 62A
NESTA CAPITAL

REGIÃO

teral

48

48

da Silva

Comunico que foi interposto recurso por advogado in
extraordinário no processo em que Frigorífico Car Jantar aos
Anglo S/A contende com Manoel Dias da Silva e outros,
outros.

Fica V.S. notificado a contestá-lo dentro
do prazo da lei.

PORTO ALEGRE, 25 de Outubro de 1948

NICE GRAÇA
DIRECTOR DE SECRETARIA

D/P

Pela recorrida

EXCELENTÍSSIMO TRIBUNAL SUPERIOR.

1.- Preliminarmente, é de não se conhecer do recurso.

Pela simples leitura do acórdão recorrido, verifica-se que seus prolatores, examinando matéria de fato, contrabalançando a prova produzida - os quadros de horário e o depoimento pessoal de um dos reclamantes - chegaram a conclusão de que os reclamantes, trabalhavam, normalmente, oito horas diárias e sempre que faziam serviço extraordinário tinham o mesmo devidamente remunerado.

Ora, é pacífica a jurisprudência desse Colendo Tribunal, no sentido de entender que o mero exame da prova, a apreciação da matéria de fato, não propiciam o recurso extraordinário.

Seria supérfluo, em tal sentido, nos alongarmos em considerações, bastando citar, em conforto da afirmação, uma das mais recentes decisões :

" A controvérsia, pois, gira, em torno de matéria de fato que, bem ou mal apreciada pelo Tribunal "a quo" , não renderia ensejo ao recurso extraordinário" ("Direito", vol. 49, pag. 340).

2.- Para poder chegar a conclusão de que a recorrida feriu certos textos legais, usaram, os recorrentes, de argumentos que não estão na lei, afirmando, por exemplo, ser pacífico que o horário excedente de duzentas horas mensais é considerado extraordinário.

Isto não está na lei.

A Consolidação considera normal o horário de 8 horas diárias ou 48 horas semanais. Não cogita, nem fala, em horário mensal, tanto que este pode exceder, de fato, às duzentas horas, sem ser considerado extraordinário, quando, por exemplo, o mês fôr de 31 dias e tivermos mais de 25 dias úteis.

3.- Pela argumentação usada pelos próprios recorrentes, e como está, sobejamente, demonstrado no acórdão recorrido, verifica-se que, realmente, o horário normal diário nunca excedeu de oito horas e o semanal jamais de quarenta e oito.

Aliás, isto é dito, também, pelo reclamante que prestou seu depoimento pessoal.

55
Hady

4.- Dois são os preceitos de ordem constitucional, a respeito do trabalho normal : duração diária não excedente de oito horas (item V do art. 157) ; e repouso semanal remunerado (item VI, do precitado artigo).

Ambos foram, rigorosamente, observados pela reclamada, como se verifica da prova existente nos autos.

5.- É de não esquecer, também, que, no caso, já houve a apreciação da matéria pela autoridade administrativa competente, que julgou normal o horário estabelecido pela recorrida, tendo aprovado, sem restrições, os respectivos quadros.

É certo que, se houvesse desrespeito a qualquer dispositivo legal, a autoridade competente não aprovaria o horário, tanto mais que o art. 59 da Consolidação é positivo, quando exige, perentoriamente, o acordo escrito para as horas extraordinárias, - quando estas constituam regimen normal.

6.- Deixou-se de considerar, na sentença da 1ª instância e nas razões de recursos, a circunstância de ser a recorrida uma empresa que funciona em regimen de exceção, com trabalho contínuo devidamente autorizado pelo Ministério do Trabalho, fazendo, em consequência, escala de revezamento semanal.

7.- No caso da recorrida, aplicam-se, em toda sua extensão, os parágrafos únicos dos artigos 67 e 68 da C. L. T., e o artigo 66 só pode ser entendido em harmonia com as precitadas normas legais, que cuidam de aspetos especiais, particulares, sob pena de se tornarem as mesmas letras mortas e inaplicáveis, pois obrigariamos os empregadores a crear uma turma especial para o revezamento, quando o intuito legal foi permitir, justamente, a volta ao serviço, daquela turma efetiva, que tivesse descansado as 24 horas, previstas na Constituição e no art. 67 da Consolidação.

8.- Como se acentuou, nas razões de fls. 22, a lei "não se refere, nem indiretamente, à necessidade de haver estas 11 horas (as do art. 66) entre um período de trabalho e um período de descanso semanal", mormente quando se cuida de revezamento.

Aliás, tal acertiva é completamente acolhida pelo acórdão recorrido, quando, com muita propriedade, afirma :

" porque, pagando a empregadora as onze horas questionadas, teriam os empregados remuneração semanal correspondente a 59 horas quando, na realidade, como posteriormente ficará demonstrado, trabalham sómente 48 horas ;

porque a C.L.T. não determina que ao empregado deva ser concedido, no fim da semana, além das 24 horas de repouso,

56
Nady

o descanso de 11 horas, descanso este devido somente entre duas jornadas de trabalho, como claramente reza o art. 66 da citada Consolidação".

9.- Outro qualquer critério que se estabelecesse, constituiria, além de tudo, flagrante injustiça, pois a reclamada-recorrida, agiu de acordo com a orientação estabelecida pela autoridade administrativa, convencida de que esta dera a exata interpretação à lei.

Seria odioso que se viesse, agora, condena-la a pagar diferenças de salários, por ato aprovado pela autoridade competente, em 1945, e que ela acreditava perfeitamente legal.

10.- É de ponderar que a empresa, convencida de que seus empregados, fazendo o revezamento, tendo o descanso diário de mais de 11 horas, e o repouso semanal de 24 horas, não estavam trabalhando extraordinário, pagava, fora do horário normal, 50% de majoração, quando é certo que não estaria a isto obrigada por lei e que reservaria, sem nenhuma dúvida, parte desta percentagem para o pagamento das horas do revezamento, se soubesse que nenhum valor tem o entendimento dado pela autoridade administrativa, com a aprovação dos quadros de horário e das turmas de revezamento.

11.- É bem o caso de se aplicar, aqui, os critérios estabelecidos no art. 8 da Consolidação, considerando a equidade, na apreciação da espécie, se por desventura se chegar à conclusão diversa da adotada pela autoridade administrativa e pelo Tribunal Regional.

12.- Só o fato de ter aceito, o Tribunal da 4ª Região, a orientação da autoridade administrativa, está demonstrando não se poder condenar, friamente, a reclamada ao pagamento de considerável quantia, em assunto dos mais controvertidos.

13.- Os próprios reclamantes, trabalhando em tal regimen desde 1945, sempre o consideraram normal - legal e insucetível de controversia e só agora lembraram-se de sustentar que ele representa trabalho extraordinário, apesar de confessarem que sempre que executam horas extras as tem devidamente remuneradas, com 50% de aumento.

14.- Ante o exposto, e o mais já longamente alegado pelo douto patrono da reclamada em primeira instância, espera esta que não seja conhecido o recurso ou se lhe negue provimento, confirmando o acórdão recorrido, que de modo claro e insofismável, com

argumentos de fato, indiscutíveis, deixou clara a improcedência do pedido.

Porto Alegre, 8 de Novembro de 1948
pp. João Luiz Jordani



808
v. 12. 682/48

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Snr. Presidente.

Em 10 de 11 de 1948

M. M. M. M. M.
Secretário

Subam os autos ao
Egrégio Tribunal Superior
do Trabalho para os fins
de direito.

Esta supra.

J. J. J. J. J.
Presidente

1859/27

RECEBIMENTO

Aos 20 dias do mez de Novembro de 1948
 foram-me entregues estes autos por parte T. B. T. da 4a
Região. Do que para constar, lavrei este termo.

Salvador T. B. T.
 of. Jud. 14.

TÉRMO DE REVISÃO DE FÔLHAS

Em estes autos, 59 folhas todas, numeradas.
 que, para constar, lavro este termo, aos 23 de
Novembro de 1948

Salvador T. B. T.
 of. Jud. 14.

REMESSA

24 dias do mez do novembro de 1948
 faço remessa destes autos ao Dr. Procurador Geral da Justiça do Trabalho.
 Do que para constar, lavrei este termo.

Luiza Rosa de B. Bulcão Vianna
 of. Jud. 1 - pelo chefe da
 seção



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Processo nº TST - 7 676/48

Recurso extraordinário -

Recorrentes: Manoel Dias da Silva e outros

Recorrida: S/A Frigorífico Anglo

P A R E C E R

O recurso é interposto com fundamento na letra b do art. 896, da Consolidação das Leis do Trabalho, questionando-se a aplicação do disposto, respectivamente, nos arts. 58, 66 e 67, da Consolidação citada.

Diz a Reclamada: "A Consolidação das Leis do Trabalho não se refere, entre duas jornadas de trabalho, para descanso semanal, a um dia, isto é, um período de 24 horas consecutivas, compreendido entre a zero hora e 24 horas da mesma fração do calendário. A Consolidação das Leis do Trabalho refere-se a 24 horas, que podem estar compreendidas entre dois dias do calendário, mesmo sem ser em partes iguais." (fls. 20)

A empresa executa os seus trabalhos com turmas de revezamento, em serviço constante. O cálculo feito pelo acórdão malsinado (fls. 44), evidencia que o horário, por semana, é de 48 horas de trabalho. Porém, o patrono dos recorrentes estendeu esse cálculo (fls. 49) e assim vamos verificar que ocorre um habilíssimo jogo de números que, à primeira vista, impressiona, mas constitui prejuízo aos direitos dos empregados.

Entretanto, a hipótese não é de horas extraordinárias e sim de repouso hebdomadário obrigatório, o qual ^{deve} ser gozado num dia do calendário, em cada semana. É uma medida de higiene que se impõe, porquanto os operários não podem ficar sujeitos a irregularidades no descanso físico, a fim de atender a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



clm

TST - 7 676/48

Fls. 2

um serviço de revezamento que por especialíssimo que seja não encontra o amparo da lei, muito ao contrário, a sua condenação expressa, sob a cominação de nulidade pleno jure.

Como, porém, tais horas já foram pagas, nenhuma composição pecuniária ocorre na hipótese, ressalvado apenas aos reclamantes, daqui por diante, o direito ao repouso semanal, num dia inteiro do calendário, sob pena de não cumprimento das cláusulas do contrato de trabalho. A Justiça do Trabalho, pelo seu caráter eminentemente tutelatório, não está presa à orientação estrita dada pelos litigantes, nos seus objetivos de solução material de interesses e muito menos em questões de interesse público. Eis porque opino no sentido de ser conhecido o recurso, na forma do presente parecer.

Em 15 de dezembro de 1948.

João Antero de Carvalho

João Antero de Carvalho

Procurador

X



cti

Exarado ao Gabinete.
Em 17/12-48

Ch. Mees

Com o parecer, devolva-se
17/12/48

Em R. H. L. 1

No mto. Pres. Jul

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos

ao Sr. Presidente.

Em

20.12.48

SECRETÁRIO

DISTRIBUIÇÃO

Rio de Janeiro, 21 de 12 de 1948

Presidente

Tribunal Superior do Trabalho
~~CÂMARA DE JUSTIÇA DO TRABALHO~~

Sorteado Relator o Sr. EDGARD SANCHES

Designado Revisor o Sr. GALDEIRA NETO

Rio de Janeiro, 4 de 1 de 1949


PRESIDENTE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Relator.

Rio de Janeiro, 5 de 1 de 1949


SECRETÁRIO

VISTO

Rio de Janeiro, de de 194.....

RELATOR

RESTITUIDO NESTA DATA PELO
SR. MINISTRO RELATOR.

Rio

VISTO


SECRETÁRIO

Rio de Janeiro, de de 194.....

REVISOR



64
Fell

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TST N.º 7 676/48

CERTIFICO que o Tribunal Superior do Trabalho, em sessão plena, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido, pelo voto de desempate, tomar conhecimento do recurso, vencidos os Srs. Ministros Caldeira Neto, Astolfo Serra e Rômulo Cardim, para, de meritis, negar-lhe provimento, contra os votos dos Srs. Ministros Edgard Sanches, relator, Antonio Carvalhal e Julio Barata, que ~~estabeleciam~~ estabeleciama sentença de primeira instância.

Designado para redigir o acórdão o Sr. Ministro Caldeira Neto.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Oliveira Lima

Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. Ministros:

Edgard Sanches, Caldeira Neto, Antonio C_{arvalho}, Julio Barata,
Astolfo Serra e Rômulo Cardim.

OBSERVAÇÕES:

PROCURADOR: DR. DANILO PIO BORGES

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Rio de Janeiro, *25* de

abril de 19 *50*

[Signature]
Secretário do Tribunal

CONCLUSÃO

Faço, nesta data, conclusos estes autos

ao Sr. Presidente:

Em 1^a de 6 de 1951

Lucas Braz
SECRETARIO

Alguém -
Dout. Souza -
MND

ARQUEVADO

Em 1^a de 6 de 1951

Lucas Braz

CALCULO DE CUSTAS

Certidões nos autos, 1 a CR\$ 3,00.....	CR\$ 3,00
1 Intimação fora do cartório, a CR\$ 8,00.....	CR\$ 8,00
Têrmos nos autos, 1 a CR\$ 2,00.....	CR\$ 2,00
1 Mandado, inclusive taxa.....	CR\$ 19,00
Presente conta.....	CR\$ 15,00
	CR\$ 47,00
Abatimento de 30%.....	CR\$ 14,10
	CR\$ 32,90
Educação e saúde.....	CR\$ 1,50
TOTAL.....	CR\$ 34,40

(TRINTA E QUATRO CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS).

Pelotas, em 30 de maio de 1951.

Leury Lias
Chefe de secretaria.

VISTO:

M
Juiz-PRESIDENTE

Custas pagas em dinheiro..... CR\$ 40,00

Pelotas, em 30 de maio de 1951.

Leury Lias
Chefe de secretaria.

VISTO:

M
Juiz-PRESIDENTE



68
all
12

REMESSA

Esta data remeto os presentes autos à S.A.
para os fins de direito.

Em _____ 26.11.50

SECRETARIO



66
cel

ACÓRDÃO

Proc. TST-7 676-48

(AC-832-50)
MCN/DCB

Horas extraordinárias.

Recurso de que se conhece mas a que se nega provimento:

Vistos e relatados êstes autos, em que são partes, como Recorrentes, Manoel Dias da Silva e outros e, como Recorrida, Sociedade Anônima Frigorífico Anglo:

Trata-se de pedido de pagamento de acréscimo legal de horas extraordinárias, trabalhadas por Manoel Dias da Silva e outros para a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo.

A Reclamada defendeu-se, negando o carater extraordinário dessas horas, trabalhadas pelos Reclamantes, como se vê de sua defesa prévia, na qual se alinham argumentos já ventilados, perante a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, em outras reclamatórias.

A Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, pela sentença de fls. 13/15, julgou "procedentes as reclamações, condenando a Reclamada a pagar aos Reclamantes o salário correspondente ao acréscimo legal das horas extraordinárias pagas como horas normais, a partir de 30 de junho de 1946 - tudo a ser apurado em grau de liquidação de sentença e dentro do princípio de que, pelo repouso semanal e pelo repouso diário estabelecidos na lei vigente, o empregado que trabalhar mais de oito horas diárias durante o seu tempo de serviço ou mais de seis dias durante a semana estará executando serviços extraordinários, a serem majorados na forma que é habitual na empresa".

O Tribunal Regional do Trabalho

P. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

da Quarta Região ao prover recurso ordinário, manifestado pela Reclamada, negou o pedido sobre horas extraordinárias (fls.42/45).

Dessa decisão recorreram os Reclamantes, com fundamento na letra b, do art.896 da Consolidação das Leis do Trabalho, dando como violados os arts.58, 66 e 67 do mesmo diploma legal.

Notificada, a Reclamada apresentou as contra-razões de fls.54/57.

A Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, a fls.60/61, manifesta-se nos seguintes termos:

" O recurso é interposto com fundamento na letra b do art.896, da Consolidação das Leis do Trabalho, questionando-se a aplicação do disposto, respectivamente, nos arts.58, 66 e 67, da Consolidação citada.

Diz a Reclamada: "A Consolidação das Leis do Trabalho não se refere, entre duas jornadas de trabalho, para descanso semanal, a um dia, isto é, um período de 24 horas consecutivas, compreendido entre a zero hora e 24 horas da mesma fração do calendário. A Consolidação das Leis do Trabalho refere-se a 24 horas, que podem estar compreendidas entre dois dias do calendário, mesmo sem ser em partes iguais." (fls.20).

A empresa executa os seus trabalhos com turmas de revezamento, em serviço constante. O cálculo feito pelo acórdão malsinado (fls.44), evidencia que o horário, por semana, é de 48 horas de trabalho. Porém, o patrono dos Recorrentes estendeu esse cálculo (fls.49) e assim vamos verificar que ocorre um habilíssimo jogo de números que, à primeira vista, impressiona, mas constitui prejuízo aos direitos dos empregados.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO



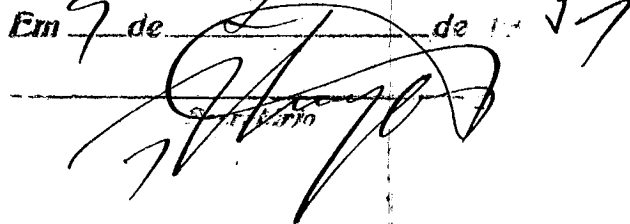
42
Lacy

5.2.8. 582/48

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos

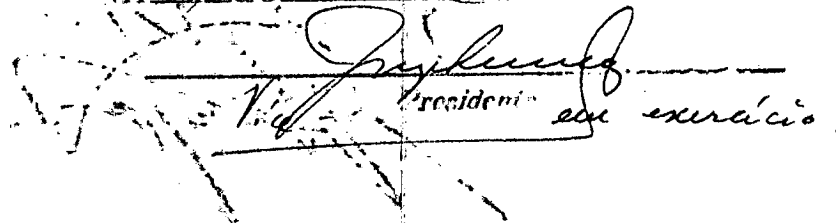
ao Snr. Presidente.

Em 7 de 2 de 57


BAIXEM

os autos à Instância de

Em 7 de 2 de 57


residente em exercício.



JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO
PELOTAS - R. G. S.

143
B. G. S.

CONCLUSÃO

Fago, nesta data, conclusos estes autos

ao Sr. Presidente.

Em

de

de 1957

Lucy Dias

SECRETÁRIO

Intime-se as partes e, após,
arquivue-se.

ACÓRDÃO - 981.

Entre as partes, os

Lucy Dias

SECRETÁRIO

Lucy Dias

CERTIFICO que, nesta data, foi
cumprido o despacho de fls. *Supra*
exarado pelo Sr. Presidente.

Em

de

de 1957

Lucy Dias

Secretário



JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO
PELOTAS - R. G. S.

25
[Signature]

Certifico que foi expedido o
mandado de citação e entre-
que ao sr. Oficial Diligencia

D. elvira, 14 de março 1951

Augusto Casarin
Secret. "ad-hoc"

Deu-se em

15.3.51

[Signature]
V. of. de conciliação



76
[assinatura]

MANDADO DE CITACÃO

O DR. MOZART VITOR RUSSOMANO, Juiz do Trabalho, - Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, -

MANDA, o sr. Raphael Mello Gallo, oficial de diligências deste Juízo, que, em cumprimento ao mandado supra, cite o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE CARNES E DERIVADOS DE PELOTAS, para pagar dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas, a importância de CR\$-1.457,80 (hum mil quatrocentos e cinquenta e sete cruzeiros e oitenta centavos), correspondente a custas do processo 217-233/48 no qual é reclamante Manoel Dias da Silva e outros associados desse Sindicato, contra a S/A Frigorífico Anglo e, mais as custas de execução, ou que dentro de igual prazo garanta a execução ou nomeie bens a penhora, sob pena de ser ela feita judicialmente. Dado e passado nesta cidade de Pelotas, aos quinze dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

[assinatura]

MOZART VITOR RUSSOMANO - Juiz do Trabalho - Presidente da J.C.J. de Pelotas.

Pelotas, 16 de março de 1951
Jose Herenegues de Brito

Certifico que, nesta data as 13,30 hs. me dirigí ao endereço do Executado e, aí chegando o citei do inteiro conteúdo do presente mandado, dando-lhe contra-fé.

O referido é verdade e dou fé.

Pelotas, 16 de março de 1.951.

[assinatura]
- Oficial de diligências -



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PELOTAS

Handwritten signature: J. J. Soares

TÉRMO DE PAGAMENTO E QUITAÇÃO

Aos trinta e três do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e um, às treze e trinta horas, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento, nesta cidade de Pelotas, perante mim, chefe de secretaria, compareceram o sr. Alcides de Mendonça Lima, procurador da S.A. Frigorífico Anglo e o Oficial de Diligências desta Junta, Rafael de Mello Gallo. Por este foi dito que neste ato fazia entrega ao recebedor da quantia de hum mil quatrocentos e cinquenta e sete cruzeiros e oitenta centavos (CR\$ 1.457,80), relativa ao valor total da importância que lhe fôra entregue pelo sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Pelotas, para pagamento das custas processuais relativas ao processo nos JCS 217/48 e 233/48, movidos contra a S.A. Frigorífico Anglo por Manoel Dias da Silva e outros. Pelo procurador da referida empresa foi dito que recebia a mencionada quantia, que contou e achou certa, dando, neste ato, quitação aqúelle Sindicato pelo valor neste ato recebido. E, para constar, foi lavrado o presente tôrmo, que vai assinado pelo sr. Presidente, digo, pelo procurador da S.A. Frigorífico Anglo, pelo Oficial de Diligências e por mim, chefe de secretaria.

Handwritten signatures:
1. *Alcides de Mendonça Lima*
2. *Rafael de Mello Gallo*
3. *Lucy Soares*